

## PROMESSA

De onde moro, vê-se a praia e a serra. Eis o que se pode chamar um “privilégio libanês”. Neste país, as montanhas, elegantes mas cansadas de alturas, deslizam sobre o Mediterrâneo. Visto do outro lado, o do mar, o encontro não é menos sugestivo. Contra a imensa cordilheira, a força das águas fina-se, incapaz do assalto. Mas nessa fronteira, o mar encontra compensação, a sua reforma, se preferirem. Ondas suaves e preguiçosas riem-se do esforço das alturas que recortam o horizonte, lá onde este desafia os céus, o Sol e a Lua. Sim, a lua, mesmo durante o dia.

Os libaneses deveriam ser gente de sorte, portanto. Não só os do mar e os da montanha, como também os do vale.

Entre o Monte Líbano, que atravessa o país de Sul para Norte, e o Anti-Líbano, uma cordilheira mais mansa, já do lado Sírio, situa-se o vale da Bekaa, uma língua de terra que, na realidade, é um planalto situado a mil metros de altura. Guardado por montanhas de um e de outro lado, é como um rio, alvo no Inverno ou verde e amarelo no resto do ano, que todos os climas aí assentaram transumância. Este vale tem tudo. Tem *Baalbek*, a antiga Heliopolis romana<sup>1</sup>. Tem cidades de dimensão modesta, portanto apropriadas; e tem terra de rara qualidade.

---

<sup>1</sup> *Baalbeek* é um dos maiores e mais bem conservados complexos de arquitectura romana, de diferentes períodos. Foi classificada como património mundial pela UNESCO. As suas origens são um mistério. O actual nome não ajuda a esclarecer o enigma, uma vez que é posterior à presença romana, e mais não indica do que a região onde se encontra – “Bal Bekaa” – ou seja, Vale da Bekaa. As ruínas do maior dos seus templos datam do período de Septimo Severo, imperador africano de Roma.

Quem desça, de ocidente, as montanhas em direcção ao vale, pelas estradas inclinadas que vão dar à fronteira que conduz a Damasco, revê-se no paraíso dos sonhos tranquilos. A tentação é, então, a de parar para respirar, e deixar-se corromper pelo prazer da comida e da bebida... e nunca mais partir.

A qualidade dos legumes e das leguminosas é um dos milagres guardados pelo vale. Nas zonas cristãs, a gastronomia dita “sírio-libanesa” acompanha-se de *arack*<sup>2</sup>. A bebida nacional tem aroma de anis e, cortada por duas medidas de água, adquire a cor leitosa comum aos anisados. Mas este *arack* não é um *pastis*, já que se obtém a partir de destilações sucessivas, em alambique, do mosto de uva. O fabrico é similar ao *raki* dos arménios, só que estes o ingeriam como aguardente. Não deixa de ser singular a mistura. Eis uma aguardente de uva que, cortada por água e aromatizada com anis, se bebe como refresco... Tanta imaginação não é mérito exclusivo dos camponeses do vale. Tudo indica que os seus saberes originais se tenham combinado com técnicas e hábitos preservados pelos *janíssaros*<sup>3</sup>, o corpo de elite dos otomanos que regularmente era chamado a intervir nas regiões mais problemáticas do extenso império.

---

<sup>2</sup> Uma introdução ao *arack* e também à *mezzé* pode encontrar-se num belo livro de Rudolph El-Khareh, que inclui igualmente sugestivas receitas, intitulado *Le Mezzé Libanais, l'Art de la Table Festive*, éditions Sindbad, Actes du Sud.

<sup>3</sup> Os Janíssaros, ou “nova força”, com origem no século XIV, foram dissolvidos em 1826. Os seus homens eram recrutados entre as famílias cristãs do império otomano, ainda na infância. Depois eram educados, treinados e islamizados em campos próprios, os *acemi oglan*. Escravos de luxo e exímios combatentes, tornaram-se, por força do ofício, influentes e poderosos nos assuntos do império. Um “Estado dentro do Estado”, dir-se-ia hoje. A origem diversificada – gregos, albaneses, sérvios, bósnios, ucranianos, russos do sul... –, aliada à formação, construíram uma cultura específica. Em acampamento, reuniam-se em volta do caldeirão. O comandante era “fazedor de sopa chefe”, os intendentes “cozinheiros chefes” e assim por diante... Bem para lá da gastronomia, o espírito de corpo encontrou tradução religiosa própria numa variante mística do Islão que, entre outros rituais, se exprimia numa dança rodopiante que ainda hoje se pode observar na Turquia, na Síria ou no Egipto. Muitas famílias cristãs viam na captura das suas crianças uma garantia de futuro e ascensão social.

Para os cristãos do vale, não é a comida que se acompanha de bebida, é o “leite de leoa” que não dispensa a *mezzé*. O som desta última palavra, uma transcrição fonética do termo árabe *mâza*, não nos é estranho. Imagine uma mesa repleta de pratinhos com os paladares, cheiros e cores que a terra dá e o engenho inventa, e eis como ela, a *mezzé*, se apresenta ao olhar. Mas onde o incauto é atraído pelo apetite, o iniciado redescobre-se em rito e cerimónia. Com efeito, *Mâza* declina-se de *tamazzaaza*, um verbo árabe intraduzível na nossa língua, que associa ao acto de “degustar”, o tempo e o prazer que dele decorre. O *arack* e sua *mezzé* são, portanto, filosofia e arte de viver... À volta de uma mesa, eis como o Líbano gostaria de ser recordado. Em redor de uma *mezzé*, onde cada alimento em cama de sua alface sabe o lugar que ocupa na mesa festiva. E onde os que a rodeiam não devoram, debicam. Compondo mosaicos de sabores com todo o tempo do mundo.

O Líbano é uma promessa. Por causa das suas montanhas, acolheu, muito antes de o ser, heréticos e heterodoxos das três religiões do Livro.

Alauítas<sup>4</sup> instalaram-se a Norte, onde as cordilheiras se unem, já na Síria. Hoje, é deles a elite que manda em Damasco. Uma minoria existe ainda no Norte do Líbano, na região de Tripoli.

---

<sup>4</sup> Inicialmente originários do Sul do Iraque, os alauítas acabaram por se instalar nas montanhas do noroeste da Síria, entre o rio Orontes e o mediterrâneo, escapando à perseguição do califado sunita no século IX. Religiosamente, constituem o ramo do xiismo que reconhece legitimidade sagrada aos onze primeiros imãs. Acreditam numa trindade sagrada, um ecletismo com pontos de contacto com o cristianismo. São os franceses que em 1920 dão a esta comunidade, que representa pouco mais de 10 por cento da população síria, um estatuto de auto-governo. Minoritários, viram na criação de uma Síria laica a garantia da sua própria liberdade confessional. Os alauítas investiram no partido *Baath* e no exército, detendo posições decisivas no regime de Damasco.

Cristãos e drusos<sup>5</sup> ocuparam o Monte Líbano, a cordilheira central do país. O tempo tanto os separou como os uniu, ao ritmo de rivalidades e interesses em comum. Como adiante se verá, é difícil entender a política libanesa contemporânea fazendo tábua rasa desta história de emires, senhorial e tribal, imune ao passar dos séculos, e que apenas se lhes adapta para melhor sobreviver. O Líbano deve a cristãos e drusos a primeira ideia de nação, por muito que uns e outros a tenham escrito por linhas tortas e travessas. Na linguagem política comum, os cristãos consideram-se como os “soberanistas” do Líbano.

Quanto aos Métoualis<sup>6</sup>, os xiitas duodecimais do Líbano, instalaram-se na região de Biblos, no vale da Bekaa e nas montanhas agrestes mais a Sul, onde o Monte Líbano começa a esvaír-se e se afirmam os Golá. A sua implantação foi, em muitos casos, vizinha da de comunidades cristãs, o que fez longas e duráveis as relações entre ambas. Perseguidos entre os perseguidos, como se fossem filhos de um Deus menor, os xiitas ergueram-se nas últimas décadas. O Líbano nasceu de costas voltadas para eles. Apesar disso, não existiria hoje

---

<sup>5</sup> Comunidade que se referencia a um discípulo do califa caiota Al-Hakim, que viveu no início do século XI. Pode considerar-se uma variante do xiismo, já que tem origem num califa fatimida. Trata-se de uma doutrina com elementos messiânicos e gnósticos, que crê na reencarnação dos seus membros e não pratica o proselitismo: nasce-se druso. Após a morte de Al-Hakim, os seus adeptos refugiaram-se no Monte Líbano. Há comunidades drusas no Norte de Israel, na Síria e na Jordânia. Os drusos desfrutaram de longos períodos de hegemonia nas montanhas libanesas. Só no século XIX a sua influência começa a declinar.

<sup>6</sup> Nome dado aos xiitas do Líbano, que se integram na corrente maioritária, ou duodecimal, desta confissão islâmica. A ruptura entre sunitas e xiitas remete para um debate sobre a sucessão de Maomé, que não deixou descendente masculino. Os “partidários de Ali”, ou xiitas, sustentavam que a sucessão se devia encontrar sempre entre os descendentes de sangue de Maomé. As múltiplas divisões no partido de Ali, que era genro de Maomé, referenciam-se sempre à legitimidade dos imãs dessa linhagem. A maioria dos xiitas reconhece doze, sendo que o último, o Madhi, não morreu, apenas se ocultou. Ao contrário do que se possa pensar, o xiismo foi em regra mais colegial e plural do que o ramo ortodoxo sunita, onde o poder político e o religioso se fundiram na figura do califa.

como Estado independente sem a sua combatividade e capacidade de sofrimento. Na linguagem política actual, eles são a “resistência”.

Ao invés dos fugitivos que se refugiaram nas montanhas, os impérios fixaram-se nas principais cidades com vista para o mar. Administraram o território sem nunca o domarem.

Constantinopla condicionou o Levante durante 400 anos. A relação do império de oriente com as grandes cidades comerciais da costa nunca foi simples. Duas, Alexandria e Antioquia, elevaram-se acima das demais nos seus desejos de independência. Foi nelas que o Cristianismo criou raízes entre os “gentios”, bem antes de se transformar em religião oficial do império. Foi também nelas que se afirmaram as primeiras disputas teológicas em redor da natureza de Cristo. Vontades de autonomia e disputas sobre o sagrado caminharam a par e passo. Na costa mediterrânica, não era a primeira vez – nem seria a última – que lutas por terra e poder recorreriam à legitimação do sagrado. Esta é uma das mais perenes tradições do monoteísmo.

Fixemo-nos em Antioquia. Embora situada a norte do actual Líbano, é a cidade do mundo levantino onde, definitivamente, o Cristianismo se separa do Judaísmo<sup>7</sup>. Foi aí que as palavras de Paulo de Tarso começaram a encontrar eco entre os não judeus. É em Antioquia que o mistério sagrado, até então exclusivo de um “povo eleito”, se abre ao “outro”. Nessa decisão sem retorno, o Cristianismo supera o Velho Testamento e afirma-se universal. Todas as igrejas de Oriente são, por isso, “antioquianas”. Uma ligaram-se a Roma – em particular, a de São Maron, maioritária entre os cristãos do Líbano – e outras aos diferentes Patriarcados ortodoxos<sup>8</sup>. Mas todas são de

---

<sup>7</sup> Norman Solomon, do departamento de estudos hebraicos da Universidade de Oxford, sintetiza numa pergunta – “o tomate é um fruto ou um legume?” – a dupla condição que envolve o Judaísmo: religiosa e étnica. No contexto histórico em causa, religião judaica e “povo eleito” coincidem. Hoje, muitos judeus não professam o Judaísmo. E, em boa verdade, há quem professe a religião hebraica sem qualquer ligação de sangue ao “povo eleito”.

<sup>8</sup> O Líbano reconhece oficialmente 18 confissões religiosas. Na sua grande maioria são cristãs. Entre estas, a igreja maronita, católica de rito oriental, é a mais importante.

Antioquia. Não se percebe o compromisso político destas “igrejas arcaicas” com as causas e a condição árabe, nem o seu contencioso histórico com o Judaísmo, abstraindo do momento fundador.

Outro poder afrontou, a partir de meados do século VII, a capital do império de oriente. Veio de Sul, das cidades do deserto, e trazia consigo uma nova fé – o Islão. No Levante, os cavaleiros de Maomé são acolhidos como libertadores. A vaga islâmica não é uma colonização clássica, e muito menos uma invasão que tudo queima à passagem. A subida dos árabes do Sul representa para os “povos do mar”, independentemente da sua religião, o fim do jugo centralizador de Constantinopla.

Múltiplos pontos de contacto com o Cristianismo facilitaram a implantação do novo credo. Também ele se reclamava do Deus único. Parecia até “mais único”, porque dispensava o enorme sarilho em que se transformara a Santíssima Trindade, envolvida, pelos homens, em terríveis disputas sobre o lugar de cada um dos seus elementos no sistema trinitário. O Islão simplificava ainda os ritos, valorizando a relação directa entre crente e Criador. E, qual cereja no bolo, reconhecia em Jesus um profeta – algo que os judeus negavam – e acreditava que Maria, sua mãe, era virgem no momento da concepção.

O novo poder dá a cristãos e judeus, “povos do Livro”, um estatuto de protecção que, no Próximo e Médio Oriente, sobrevive ao fim do próprio império otomano. Este sistema, confessional e

---

O nome refere-se a São Maron, um monge eremita do século IV que converteu, em fim de vida, várias comunidades de montanha. Na realidade, a implantação maronita data do século VII e VIII, e para ela será decisiva a tradição monacal da região. Embora ligada a Roma, tem Patriarca próprio. No seu título, inclui-se sempre o nome de Boutros, ou seja, Pedro, o fundador da igreja de Antioquia. Nas disputas em torno da natureza de Cristo, os maronitas foram diofisitas, ou seja, alinhavam a dimensão humana pela natureza divina. No primeiro milénio, as dissensões teológicas não impediam a unidade na oração. Esse o “espírito de Antioquia”. No segundo milénio, as igrejas de oriente acabaram por ser “ocupadas” pelas cruzadas bizantinas e latinas e acabaram por se ligar a um dos dois grandes centros.

“comunitarista”<sup>9</sup>, ainda hoje marca a “especificidade” libanesa. Ele não funcionou sempre da mesma maneira, nem serviu a todos por igual. A tolerância que a nova fé garantia às religiões do Livro não se estendia aos heréticos nascidos do seu próprio ventre. No Líbano, o sunismo<sup>10</sup> precisou de treze séculos para se consolidar, sem absorver ou destruir as dissidências. O seu peso é relevante entre a população e no mundo dos negócios. Foi entre os sunitas que, no século XIX, se desenvolveram dois movimentos reformistas no espaço do Império otomano. Um deles – a *nadha*<sup>11</sup> – contém os elementos que irão desenvolver a formação de uma consciência nacional árabe<sup>12</sup>, a qual terá, por sua vez, expressões territoriais diversificadas.

---

<sup>9</sup> Sistema onde cada grupo, dotado de uma confissão minoritária, tem direito a protecção em caso de guerra e ainda ao auto-governo e à administração da Justiça, contra o pagamento de impostos e outras obrigações, que variaram ao longo dos séculos, e de minoria para minoria. A divisão espacial das cidades em bairros religiosamente homogêneos, bem como o domínio de natureza senhorial, garantiram a perenidade desta relação contratual entre centro e minorias. O Líbano moderno, por contraditório que os termos sejam, é uma “democracia confessional”. Todo o sistema político e administrativo assenta em “quotas” para as diferentes comunidades, “igualizando” direitos. Sobram, no entanto, resquícios de distinção entre maioria e minorias. Por exemplo, o clero cristão não é equiparado à Função Pública, ao contrário do que sucede com os seus equivalentes muçulmanos...

<sup>10</sup> Cerca de 85 por cento dos muçulmanos são sunitas. O nome deriva da palavra Suna, que define a conduta do crente de acordo com a vida e ensinamentos do profeta Maomé. No contexto dos conflitos sucessórios opunham método electivo ao critério de sangue. O sunismo manteve ao longo dos séculos um pólo agregador, o dos califas, sem prejuízo de várias escolas de pensamento se terem desenvolvido no seu interior. As divisões no Islão, diferentemente do Cristianismo, não impedem, contudo, o reconhecimento comum na *Umma*, a comunidade dos crentes.

<sup>11</sup> Movimento de reforma árabe e ocidentalizante que teve no Cairo o seu epicentro. Do ponto de vista religioso, ensaiou um novo equilíbrio entre fé e razão. Na economia, tentou recuperar o atraso tecnológico do Médio Oriente, que então estava longe de ser fatal. No plano político, procurou autonomizar-se do império otomano, um gigante doente, mas ainda não moribundo. Em Istambul, um movimento similar de modernização e reforma desenvolve-se a partir do próprio califado, depois de liquidada a influência dos janízaros, em 1821.

Não se pense que a fixação religiosa explica o povoamento do Líbano. Por exemplo, milhares e milhares de arménios chegaram ao país nas primeiras décadas do século passado. Eram cristãos de rito oriental, mas não foi essa a razão do seu êxodo. Os fugitivos escapavam do genocídio que o ocaso do império otomano, os jogos das potências envolvidas na guerra mundial, a conflitualidade com os seus vizinhos curdos, e a febre de sangue dos militares turcos, lançaram sobre a sua terra.

A segunda grande chegada do século XX foi a dos palestinianos. Também aqui o factor confessional não é decisivo. Quando, a 29 de Novembro de 1947, as Nações Unidas adoptam o plano de partilha da Palestina entre dois Estados, nos territórios atribuídos a Israel existiam 498 mil judeus e 407 mil árabes. Ao invés, nas terras que deveriam pertencer ao futuro Estado Palestiniiano, os judeus eram 106 mil e os árabes muçulmanos e cristãos, 830 mil. Como se sabe, apenas um destes Estados viu até hoje a luz do dia.

A guerra entre os fugitivos e imigrantes que fundaram Israel, e os árabes que viviam na região durou ano e meio<sup>13</sup>. No fim, o recém-

---

<sup>12</sup> O “arabismo” é um conceito político e cultural que data da segunda metade do século XIX. Promovido pela *Nadha*, recebeu também um forte impulso por parte dos intelectuais árabes cristãos. É a “revolta árabe” de 1916 que irá popularizar a ideia de “nação árabe”. O termo “árabe” presta-se a numerosas confusões que importa desfazer: Inicialmente, reporta-se às tribos da Península arábica. Só existe uma relação estreita entre árabes e Islão, porque foi em nome deste que os primeiros se lançaram à conquista do “mundo conhecido”, no século VII. Dessa vaga resultou a formação de califados de influência e língua árabe, com fronteiras em três continentes: Ásia, África e Europa. Mas, a partir do século XI, eles deixaram de ser dirigidos por árabes. Hoje, a grande maioria dos muçulmanos não é árabe. E nem todos os árabes são muçulmanos. Uma importante minoria é cristã. O mundo que usa o árabe como língua oficial compreende 22 países e 300 milhões de habitantes. Nele existem povos não árabes: curdos, cabilas, berberes, arménios, etc.

<sup>13</sup> A primeira guerra israelo-árabe desencadeou-se no dia seguinte à proclamação do Estado judaico, em 14 de Maio de 1948. De facto, os conflitos tinham começado

-criado Estado hebraico tinha conquistado um terço dos territórios que a ONU destinara ao outro. Dentro das suas novas fronteiras sobravam apenas 160 mil “árabes da Palestina”, logo apelidados de “árabes de Israel”, que “palestinianos” era coisa oficialmente inexistente. Setecentos mil a novecentos mil palestinianos, tinham abandonado casas e haveres, espalhando-se pelos países em redor. Metade foram parar ao Líbano, cuja independência tinha sido proclamada em 1943.

A pergunta é: fugiram ou foram expulsos? Em 1961, Ben Gurion, primeiro-ministro de Israel, foi taxativo: “Temos documentos explícitos testemunhando que deixaram a Palestina seguindo as instruções dos dirigentes árabes, com o *mufi* à cabeça”<sup>14</sup>. Esta leitura benigna dos factos, que isenta Israel de um pecado fundador, não resiste à investigação entretanto realizada pelos próprios historiadores do país. Um deles, Benny Morris, analisou a documentação militar desclassificada sobre o período. Nos territórios conquistados, 369 cidades e vilas foram esvaziadas da sua população. Em 45 casos, o

---

bem antes. Do lado árabe, recusa-se a divisão do território e a criação do Estado judaico; do lado de Israel, as fronteiras delimitadas são apenas um começo. O conflito começa por correr de feição aos palestinianos. Mas em Março de 48, armados pela Checoslováquia e com cobertura da URSS, os israelitas passam à ofensiva. Controlam a estrada para Jerusalém e tomam Tiberíades, Haifa e Safed. Jaffa é conquistada a 12 de Maio. A entrada dos desordenados exércitos árabes não inverte a situação. Armistícios assinados em Fevereiro e Julho de 1949, confirmam a realidade no terreno: face ao aprovado nas Nações Unidas, Israel tinha crescido 50 por cento.

<sup>14</sup> David Ben-Gurion (1886-1973). Considerado, a justo título, o “pai” de Israel. Judeu de origem polaca, foi viver para a Palestina em 1906. Liderou o sionismo trabalhista durante os quinze anos que precederam a criação de Israel e foi decisivo na criação da *Hagana*, a milícia sionista que constituirá a espinha dorsal das futuras Forças de Defesa de Israel, e do *Tsahal*, o seu exército. Entre 48 e 63, com uma breve interrupção nos anos 50, foi primeiro-ministro. Ben Gurion sustentou o interesse de Israel na criação de um micro-Estado cristão no Líbano, doutrina que os seus sucessores mantiveram. Acabou os seus dias num relativo isolamento político. A frase citada foi retirada de *Les 100 Clés du Proche Orient*, página 197, de Alain Gresh e Dominique Vidal, edições Hachette Littératures.

autor não conseguiu identificar a causa do abandono. Em seis, atribui efectivas responsabilidades às autoridades árabes locais. Noutros 90, foi o pânico estabelecido na sequência de expulsões violentas nas localidades vizinhas, que determinou a fuga. Mas as conclusões deste historiador, assumidamente sionista<sup>15</sup>, não deixam margens para dúvida nos restantes 228 casos: os palestinianos foram expulsos na sequência dos assaltos das tropas judaicas. Em 41 deles, essa expulsão teve que se realizar, *manu militari*, depois de conquistadas as localidades<sup>16</sup>.

Condenados ao êxodo, centenas de milhares de palestinianos passaram à condição de refugiados. De povo com direito a um Estado, passaram a capítulo da ajuda humanitária. Em 1950, o Gabinete das Nações Unidas para os Refugiados Palestínianos (UNRWA) calculou o seu número em um milhão. Cinquenta e cinco anos mais tarde, estima-os em 4 milhões. Destes, um milhão e duzentos mil vivem em campos à guarda das Nações Unidas, quer nos territórios ocupados por Israel, quer nos países limítrofes. Mais do que uma diáspora, foi um êxodo.

No Líbano, os palestinianos representam pelo menos 10 por cento da população. Foram acolhidos, mas não têm direitos de cidadania. Vivem em florestas de betão que são milagres de engenho e tragédia humana. A maioria das profissões está-lhes vedada, mas esta é apenas uma das discriminações que sofrem.

Coloque-se, por um momento, na pele do outro: não pode regressar à sua terra de origem, nem estabelecer-se no país de refúgio.

---

<sup>15</sup> Sionismo é o movimento político que afirma o direito à existência de um Estado hebraico, entendido como lugar de refúgio e reencontro dos judeus face às perseguições de que eram vítimas na Europa. Esse Estado foi objecto de várias localizações possíveis, antes do movimento se concentrar sobre a Palestina. O nome colhe raízes na referência a Sião, um monte dos arredores de Jerusalém. Desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XIX, em especial entre os judeus da Europa Central e da Europa de Leste, sob pressão de pogroms e do crescimento do anti-semitismo.

<sup>16</sup> *Les 100 cloches du Proche Orient*, página 197, citando o livro de Benny Morris, *The birth of the Palestinian Refugee Problem*, 1987.

O mesmo se passa com a sua descendência. E com a descendência da sua descendência, e por aí adiante... A percepção desta tragédia só tardiamente foi compreendida pelos próprios. A primeira geração de refugiados, a de 1948, saiu das suas casas com as chaves na mão, segura de que regressaria em breve. Quando cada um e todos se começam a aperceber que a condição de refugiado se confunde com a de um destino colectivo, o choque transformou-se em estupor e revolta.

Não era deste modo que os *outros* viam o problema. Israel, estava, por assim dizer, nas suas sete quintas: “a questão palestiniana tinha sido evacuada e os palestinianos eram um simples apêndice do povo árabe”<sup>17</sup>. Acabariam por, mais tarde ou mais cedo, integrar-se nos países árabes em redor.

Quanto aos europeus, a sua visão resumia-se ao slogan “uma terra sem povo para um povo sem terra”. Pouco importava que a primeira proposição fosse falsa. Simplificava imenso pensar que na Palestina apenas viviam uns quantos nómadas atrasados e belicosos. A Europa do pós-guerra descobria o horror do Holocausto em toda a sua extensão. Forçou-se, e muito bem, a rebobinar um século de *progroms* e vários de Inquisição, conversões forçadas e expulsões maciças. Não era bonita esta revisão. Entre a percepção de ocidente e de oriente abre-se o abismo. Para nós, a questão palestiniana tinha que ser negada ou reduzida a um problema humanitário porque, “para os europeus, o sionismo era o bem, o necessário correctivo da *Shoah*”. Jean Lacouture apanha bem o ar do tempo quando afirma que “para a Europa dos anos 40 e dos que se lhes seguirão, a partida dos judeus para a Terra Santa é um milagre. Considera-se então que esses mártires têm todos os direitos”<sup>18</sup>. Este olhar sobredeter-

---

<sup>17</sup> Memórias de Jean Lacouture, jornalista francês que viveu durante décadas no mundo árabe, em *Un Siècle Pour Rien*, edições Albin Michel de 2002, colecção “biblio essais”, página 103.

<sup>18</sup> *Idem*, página 104.

minou, durante duas décadas, qualquer outro ponto de vista. Para muitos, ainda assim é.

Com o passar dos anos, as comunidades dos campos de refugiados, inteiramente dependentes da ajuda alimentar e educativa das Nações Unidas, entraram em estado de revolta. Só podiam. Sem direito de retorno às suas terras, organizam-se. A partir de meados da década de 60, uma nova geração afasta as velhas lideranças clânicas e religiosas, e levanta-se. Arma-se, e não tardará a praticar actos de terrorismo. Na ausência de horizonte político, esse é o meio espectacular que encontra para fustigar a invisibilidade da sua causa. Essa geração, a de Arafat e da OLP<sup>19</sup>, é apoiada pelos seus. Ninguém aceita constituir-se em “capítulo de ajuda humanitária” quando se tem a terra roubada mesmo ao lado.

A formação da consciência nacional palestiniana é filha de uma expulsão que adquiriu a dimensão de um êxodo de proporções bíblicas. A sua dramaticidade agrava-se pelo facto de ter sido provocada por homens e mulheres que reivindicavam a herança de outro êxodo, ocorrido dois mil anos antes, e agora resgatado como concretização

---

<sup>19</sup> Yasser Arafat (1929-2004). O líder histórico dos palestinianos nasceu no Cairo. Participou nas guerras de 48 e de 56. Funda a *Fatah* em 1959. Defende que a libertação da Palestina será obra dos palestinianos em 1965, realiza a primeira acção armada, criticada pela maioria das capitais árabes. Depois da derrota árabe na “guerra dos seis dias”, a *Fatah* relança a luta armada. Em 1969, passa a liderar a Organização de Libertação da Palestina (OLP), que junta, no exílio, todos os partidos e facções palestinianas. Seguem-se duas décadas atribuladas. A partir de 1982, os dirigentes da OLP são forçadas ao exílio em Tunes. A vontade de regressar à Palestina contribui fortemente para a assinatura dos acordos de Oslo, em 1993. Em 1996, Arafat é eleito por sufrágio universal presidente da Autoridade Palestiniana. O seu objectivo continua a ser a criação de um Estado palestiniano com capital em Jerusalém, mas os acordos impõem-lhe um papel difícil – garantir nos territórios ocupados a segurança de Israel. Estes responsabilizá-lo-ão pelo fracasso desta “missão impossível”. Ao mesmo tempo, muitos palestinianos criticam o seu autoritarismo e cobertura ao enriquecimento ilícito dos “tunisinos”. Arafat passa os últimos anos num “buraco”, dentro do palácio presidencial, em Romellah, cercado pelo exército de Israel. Gravemente doente, deixam-no sair para um hospital de Paris, onde morre em Novembro de 2004.

de uma promessa divina. Dificilmente a imaginação humana poderia combinar melhor os condimentos da tragédia.

A emergência de um povo em revolta vai agitar profundamente a vida política dos países com campos de refugiados. A do Líbano mais que nenhuma outra. A guerra civil, que devorou o país a partir de 1975, inicia-se com um massacre de 23 palestinos às mãos de milícias cristãs de extrema-direita. Em 1978 e 1982, são actos praticados por grupos palestinos que servem de pretexto a Israel para invadir o Líbano. Já então o objectivo de Telavive era “desarmar os terroristas” e “acabar com o Estado dentro do Estado”... Mesmo no mais recente conflito, a explosiva situação vivida na Faixa de Gaza influencia os acontecimentos. Há muito o Mundo devia ter percebido que sem Estado palestino, a região jamais conhecerá a paz.

Em face da revolta palestina, duas grandes correntes se definem no país dos cedros: uma é solidária com a causa, mesmo quando os *fedayin*, “os que dão a vida”, picam o urso de Telavive a partir do seu país; outra, de direita, considera-os “estrangeiros” e só quer livrar-se deles. Ambas as facções convergem, porém, na recusa de cidadania aos refugiados. A primeira, porque não abdica do seu direito de retorno; a segunda, porque receia a alteração das relações de força inter-confessionais no país (os palestinos são maioritariamente sunitas). Com o correr dos anos, a divergência transformou-se numa aliança entre indiferença e cinismo. Numa das minhas visitas, ouvi um responsável religioso xiita, Abdel Kabalan, explicar que “o Líbano é um país pobre que faz o que pode pelos palestinos”. Tive vontade de vomitar. Esse encontro decorria a umas centenas de metros de distância da Beirute de todos os luxos...